

Partidos e eleições no Rio Grande do Norte (1982-2014): institucionalização e estabilidade relativa.

Marcos Antonio da Silva

Doutor em Integração da América Latina (PROLAM/USP)
Professor do curso de Ciências Sociais e do Mestrado em
Sociologia (UFGD)

Introdução

O estudo dos partidos políticos e dos sistemas partidários constitui-se um tema fundamental no desenvolvimento e consolidação da ciência política. Também no caso brasileiro, tal temática – como apontam Lima Jr. (1999) e Nicolau (2010) – constituiu-se um tema clássico, presente nos primórdios da reflexão da política brasileira e amplificado pela institucionalização da área, o que aprofundou e ampliou as pesquisas sobre a vida partidária e o sistema partidário nacional.

O sistema partidário brasileiro sofreu inúmeras alterações ao longo da sua existência, derivadas da dinâmica política do país e do desenvolvimento errático da democracia brasileira, como apontam Lamounier e Meneguello (1986), Fleischer (2007) e Lima Junior (1997), Melo (2006), Nicolau (1996), entre outros. O formato do atual sistema partidário brasileiro começou a se configurar no final do regime militar, com a superação do bipartidarismo tutelado. O momento fundamental

desta inflexão foi a Lei Falcão (1979), que permitiu a emergência de novos partidos políticos, o que foi ampliado pelo processo de abertura democrática que confirmou a emergência de um pluralismo partidário, recuperando (ainda que parcialmente) a experiência abortada pelo regime militar.

Desde então, o sistema partidário brasileiro passou por um processo de reconfiguração determinado pela desconstrução da matriz bipartidária e a emergência de um multipartidarismo, mais ou menos acentuado com a criação e fusão de agremiações partidárias que indicam uma dinâmica e volatilidade que desafiam a análise e sua compreensão. Apesar disto, pode-se apontar, pelo menos no âmbito nacional, para o desenvolvimento de uma relativa estabilidade no que se refere à competição eleitoral (FLEISCHER, 2007; MELO, 2006; NICOLAU, 1996).

No Rio Grande do Norte (RN), o peso das oligarquias oriundas das elites tradicionais (de caráter agrário), associadas à propriedade da terra, ressalta a importância dos grandes proprietários rurais e realça o caráter conservador dos partidos políticos locais. Por outro, a dinâmica incipiente da economia local, associada à emergência de inúmeros municípios que dependem da produção agrícola ou dos repasses estaduais e federais, permitem vislumbrar um cenário em que se destaca o peso do executivo – federal ou estadual – para o desempenho eleitoral dos partidos políticos.

Considerando o sistema partidário potiguar, já no final da década de 1980 e início de 1990, novos partidos entram em cena e, seguindo aquilo que acontecia no restante da federação, o sistema partidário do estado começa a se fragmentar, caminhando para a lógica multipartidária. Na década de 1990, a competição segue a lógica multipartidária, que de extremamente fragmentada tenderia a uma relativa estabilidade, confirmada na década posterior.

Apesar do avanço nos estudos sobre o sistema partidário nacional, ainda há ausências significativas no âmbito regional. Desta forma, a análise das unidades da federação (estados e municípios) pode contribuir para o conhecimento da vida política do país em múltiplas dimensões e servir de base para o desenvolvimento de estudos comparativos que nos permitam compreender as diferenças e a interação entre a dinâmica política nacional e a local, percebendo seus alcances e limites.

Neste artigo, busca-se analisar o desempenho eleitoral dos partidos políticos no estado entre 1982 até o pleito de 2014, compreender a natureza do sistema partidário local e sua interação com a dinâmica nacional. Tal análise fundamenta-se numa comparação com a dinâmica nacional – amparada na noção de relativa estabilidade – e procura apontar o desempenho eleitoral dos partidos políticos e a estruturação (dinâmica) do sistema partidário no estado, apontando para o peso do executivo central (presidência ou governador) na consolidação dos partidos.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: (i) análise teórica dos principais aspectos relacionados ao tema, discutindo o sistema partidário brasileiro; (ii) breve análise sobre o poder executivo e da relação entre oligarquias e partidos políticos no estado; (iii) análise do desempenho eleitoral dos partidos políticos e a estruturação do sistema partidário.

Partidos e sistema partidários: a dinâmica brasileira.

A análise dos partidos políticos prosperou desde o estudo clássico de M. Duverger, publicado em meados do século XX, que relacionava a emergência e a organização dos partidos políticos à institucionalização da competição política e seus efeitos.

Desde então, esta temática tem se ampliado e surgiram inúmeras obras esmiuçando as diversas interfaces que tal tema permite. Neste sentido, a análise de Sartori (1982) tornou-se um marco fundamental no estudo dos partidos e sistemas partidários. Isto se deve ao fato de que a própria definição de partido presente em Sartori – “qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições e que seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não) candidatos em cargos públicos” (SARTORI, 1982, p.85) – parece enfatizar a relação indissociável entre partidos, sistema partidário e o ciclo eleitoral no mundo moderno. Embora minimalista, tal concepção nos permite captar a essência dos partidos políticos no mundo contemporâneo: disputar o poder político na arena eleitoral, ainda que outras formas fossem tentadas historicamente¹.

Além disto, tal dimensão foi posteriormente explorada por Mair (1994), que destaca o papel dos partidos políticos nas eleições e aponta que as agremiações atuam em três esferas, sendo elas: *party in the public office*, *party on the ground* e *party in the central office*.

Sendo assim, apontamos que as eleições tornaram-se, em momentos distintos em cada país, um mecanismo fundamental para moldar a natureza e a estrutura dos partidos políticos. Combinadas com outros processos da modernidade tardia (meios de comunicação de massas, valores pós-materialistas, novas formas de identidade,...), propiciaram, ainda, a emergência do “partido profissional-eleitoral” apontado por Panebianco (2005)³.

¹ Apesar da existência de outras concepções como a de Cerroni (1982), consideramos que, para fins deste trabalho, tal definição é suficiente e, importante, se enquadra nas análises contemporâneas sobre partidos, como a de Panebianco (2005) e a emergência de um novo modelo de partidos no mundo contemporâneo, o Partido Profissional Eleitoral, discutido na nota seguinte.

Associado a definição de partido está o fato de que a competição eleitoral implica institucionalização e estruturação da disputa – que, geralmente, envolve um conjunto de participantes e o estabelecimento de regras e procedimentos que a regulam, conferindo-lhe legitimidade. Desta forma, a compreensão e atuação dos partidos políticos, pelo menos no mundo contemporâneo, estão relacionadas à noção de sistema partidário, envolvendo não apenas o número de partidos políticos que disputam o poder, mas também o formato ideológico que estrutura e envolve tal disputa (SARTORI, 1982)⁴.

Nesse sentido, mesmo considerando que o atual sistema partidário brasileiro é recente e que, em outros momentos históricos – principalmente no período 1946-1964 – detinha um caráter eminente fragmentado e polarizado, interessa-nos destacar não apenas sua estabilidade relativa, mas seu pluralismo moderado, apresentando: (i) uma “distância ideológica relativamente pequena entre seus partidos relevantes” (isto é, uma tendência dos partidos de caminharem para o centro do espectro ideológico, o que acaba diminuindo as diferenças ideológicas entre eles); (ii) uma “configuração de coalizão bipolar”, onde os pleitos eleitorais se organizam, cada vez mais, em torno de coalizões (como se pode perceber na disputas presidenciais, desde 1994); e (iii) uma “competição centrípeta” que representa uma tendência a posturas de centro, o que se reflete no melhor desempenho eleitoral dos partidos que estão

³ As principais características do partido profissional-eleitoral seriam: “a) centralização dos profissionais (competências especializadas); b) partido eleitoral, ligações verticais fracas, apelo ao eleitorado de opinião; c) predominância dos representantes públicos, direções personalizadas; d) financiamento por meio de grupos de interesse e fundos públicos; e) ênfase nas issues e na liderança, centralização dos carreiristas e dos grupos de interesse no interior da organização” (PANEBIANCO, 2005, p. 514)

⁴ Considerando as duas dimensões mencionadas, o autor aponta para os seguintes sistemas partidários: “1. Partido Único, 2. Partido Hegemônico, 3. Partido Predominante, 4. Dois Partidos, 5. Pluralismo limitado, 6. Pluralismo extremado, 7. Atomizada” (SARTORI, 1982, p.150).

no centro do espectro ideológico (SARTORI, 1982). Como já percebiam Lamounier & Meneguello (1985), ainda na década de 1980, “existe um centro poderoso, em princípio apto para evitar uma polarização como a que ocorreu após a Revolução de 1930 entre comunistas e integralistas” (LAMOUNIER & MENEGUELLO, 1986, p. 86). Neste sentido, como aponta Nicolau: “Sistemas partidários são construções intelectuais que pretendem identificar certos atributos referentes ao padrão de competição entre os partidos no âmbito nacional ou subnacional (estados e municípios), no caso do Brasil” (NICOLAU, 2010, pg, 218).

Além disto, vale destacar, segundo Nicolau: “No Brasil, o sistema partidário da República de 1946 foi tema de estudos cuidadosos” (Lima Jr., 1983; Soares, 1973; Souza, 1976; Lavareda, 1991; Santos, 2003). O sistema partidário pós-1985 não recebeu tratamento equivalente, seja em volume, seja em profundidade (NICOLAU, 2010, pg. 232). Assim, a análise aqui apresentada procura contribuir para a superação de tal lacuna, principalmente na esfera subnacional.

Dessa forma, concordamos com Melo (2006) ao apontar que o atual sistema partidário brasileiro é resultado de dois realinhamentos que, combinados, conferem uma relativa estabilidade que diz respeito aos resultados eleitorais do país após a abertura democrática, apontando para o impacto do ciclo eleitoral presidencial sobre a força dos partidos.

Desde a transição que pôs fim ao regime militar em princípios dos anos 1980, o sistema partidário brasileiro passou por um processo de reconfiguração em que é possível identificar pelo menos três momentos. Tal reconfiguração relaciona-se ao sistema partidário brasileiro em geral, implicando mudança de uma lógica bipartidária (anos 1980) para uma lógica multipartidária (anos 1990 em diante), inicialmente fragmentada e depois relativamente estável, bem como uma reconfiguração

envolvendo as forças políticas dentro de cada espectro ideológico.

Quanto ao primeiro aspecto, podemos destacar que, na década de 1980, ocorre a desconstrução da matriz bipartidária, marcada pela emergência do PMDB como grande força política nacional e pelo aparecimento de inúmeras agremiações partidárias que teriam papel mais ou menos relevante na década seguinte. Na primeira parte dos anos 1990, ocorreu uma equalização das forças partidárias e a emergência de partidos médios que indicavam uma consolidação do quadro partidário brasileiro em torno de sete partidos – PMDB, DEM (ex-PFL), PP (ex-PPB), PSDB, PT, PDT e PTB. Em seguida, o sistema partidário brasileiro passa a adquirir uma estabilização relativa, associada ao desempenho eleitoral dos partidos mencionados, configurando o seguinte quadro:

Quadro 1 – Resultados eleitorais conjuntos de PP, PDT, PT, PTB, PMDB, DEM (PFL) e PSDB entre 1990 e 2006 (percentual de cadeiras)⁵

Representação	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006
Governo Estadual	85,1		92,5		92,5		74,1		81,4
Senado Federal	80,6		87,1		96,2		88,9		81,4
Câmara dos Deputados	77,6		82,6		89,9		81,1		76,1
Assembléia Legislativa	75,4		78,8		79,7		72,0		68,9
Prefeitura Municipal		83,7		87,4		85,8		79,3	
Câmara dos Vereadores				84,9		79,3		66,9	

Fonte: MELO, 2006; elaboração do autor.

⁵ Dados retirados de Melo (2006:160), Fleischer (2007) e de <http://jaironicolau.iesp.uerj.br> (Acesso em 02/05/2011).

Dessa forma, o número de partidos políticos que disputam eleições atingiu o pico em 1992, sofrendo desde então uma sensível queda. Notou-se ali a consolidação de um número limitado de partidos efetivos (MELO, 2006; NICOLAU, 2006). A representação política, o número de representantes eleitos no período mencionado e os principais cargos públicos ocupados pelos sete partidos médios anteriormente mencionados (PMDB, PFL- atual DEM, PPB- atual PP, PSDB, PT, PDT e PTB) indica o predomínio absoluto dessas agremiações. Portanto, “Transcorrida a década de 1990, é possível dizer que as evidências disponíveis permitem falar de uma estabilização apenas relativa do sistema partidário nacional” (MELO, 2006: 158). Isso significa que, mesmo com a fluidez do sistema partidário brasileiro, este se mantém relativamente estável.

A segunda reconfiguração ocorreu no espectro político-ideológico, indicando o impacto do ciclo eleitoral presidencial. Mesmo a tendência ao centro atingindo todos os principais partidos brasileiros – caso notório do PT – ocorreram deslocamentos nos grandes blocos ideológicos. Desta forma, à direita, observou-se a ascensão do atual DEM (ex-PFL), que suplantou a grande força política deste bloco, o PDS, este emergido da ditadura. Ao centro, observou-se um desempenho relativamente estável do PMDB e a ascensão do PSDB, que – em certos momentos – chegou a ameaçar sua liderança. Finalmente, à esquerda, pôde-se constatar a consolidação do PT como força hegemônica, substituindo o PDT, que havia tido um desempenho importante nos anos 1980⁶.

Da mesma forma, Fleischer (2007) indicava que ao longo dos anos 90 podemos observar a passagem de um sistema de pluralismo exacerbado (1989-1996) para um sistema mais

⁶ Com o segundo mandato de Lula (2006-2010) e a emergência do Lulismo, mais que do petismo, estas configurações podem ser reconsideradas, seja pelo enfraquecimento, ainda em andamento, do DEM e, em menor medida, do PSDB, pela reconstituição do PMDB como grande força política nacional e a ascensão do PSB.

moderado e equilibrado que caracteriza o período recente. Isto poderia indicar que o atual sistema partidário, apesar da fragmentação, tenderia a uma relativa estabilidade.

Tal estabilidade pode ser contrastada a noção, desenvolvida por Mainwaring (2001), de que o sistema partidário evolui para uma institucionalização, ainda que frágil o que não implica em consolidação definitiva, porém aponta para o predomínio de certas agremiações, uma maior probabilidade de indicação de alianças e desempenho eleitoral, com o predomínio dos partidos políticos já mencionados.

No caso brasileiro, a frágil institucionalização do sistema partidário é resultado de, pelo menos, três fatores. Em primeiro lugar, destacam-se os fatores estruturais relacionados ao desenvolvimento político do país, aos padrões históricos de formação do Estado e dos partidos e a cultura política brasileira (predomínio de padrões personalistas). Em seguida, deve-se destacar a atuação do regime militar que em dois momentos (1965 e 1979) determinou a dissolução dos partidos existentes, contribuiu para o esgotamento do padrão desenvolvimentista diluindo mecanismos de legitimação da atuação dos partidos e a emergência dos meios de comunicação que enfraqueceram as estruturas partidárias e estimularam a atuação de políticos independentes desta. Finalmente, a fragilidade do sistema partidário está associada às regras institucionais (sistema eleitoral, procedimento de voto, legislação partidária, predominância do executivo, entre outras) que estimulam a descentralização e a autonomia pessoal em detrimento da estrutura partidária (MAINWARING, 2001: 274-314).

No entanto, apesar de frágil, a institucionalização fundamenta a formação do sistema partidário como um processo *continuum*, estabelecida em torno de quatro elementos: “1) mais estabilidade na competição eleitoral, 2) Partidos mais enraizados na sociedade, 3) Legitimidade dos partidos políticos perante os

atores sociais, 4) Organizações partidárias independentes de líderes”.

Dessa forma, a institucionalização implica em riscos e oportunidades, contribuindo para o fortalecimento do sistema partidário, pois: “as instituições estimulam certos comportamentos dos eleitores e dos próprios políticos e partidos, e desencorajam outros” (CINTRA, 2007:36).

Poder Executivo, Oligarquias e Partidos Políticos.

Como afirmamos anteriormente, o sistema partidário brasileiro foi intensamente modificado com o fim do regime militar. A emergência do multipartidarismo possibilitou a construção de novas agremiações partidárias e um intenso realinhamento que, aos poucos, parece se acomodar. Apesar da dinâmica local, e suas especificidades, se inserirem no contexto nacional, a análise do desempenho eleitoral dos partidos nos fornece alguns elementos instigantes, como destacaremos a seguir. Para tanto, apresentamos os resultados nos pleitos do executivo e, em seguida, do legislativo no âmbito municipal e estadual.

Além do impacto do ciclo presidencial⁷, já mencionado, convém destacar que os sistemas partidários locais também são influenciados pelo executivo estadual (governadores) que possuem certa autonomia para o estabelecimento e a implantação das agendas políticas, estabelecendo recursos para a competição eleitoral. Nesse sentido, como apontam Cervi e Codatto:

Note-se que o controle do governo por determinada agremiação o que constitui, de resto, a base para a distribuição de empregos

⁷ Os presidentes da República no período foram: José Sarney, PMDB (1985-1990); Fernando Collor, PRN (1990-1992); Itamar Franco, PMDB (1992-1994); Fernando H. Cardoso, PSDB (1995-2002); Luis Inácio Lula da Silva, PT (2003-2010); e Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2018). (N.E.: Vale ressaltar que o mandato desta última sofreu processo de impedimento, estando a presidenta afastada, o que significa que esta análise deve ser considerada até o ano de 2016).

(“cargos”) e recursos públicos em troca de apoio político tende a contribuir decisivamente para a institucionalização partidária, seja no âmbito eleitoral, seja no âmbito organizacional. Partidos que contam com o Presidente, ou com o Governador, ou com um número respeitável de Prefeitos, tendem a avançar eleitoralmente e estruturar-se materialmente, crescendo em importância junto à elite política (CERVI e CODATTO, 2006, p.248).

Isto mostra o peso dos governadores para os resultados eleitorais. Conforme Melo,

No que se refere à relação entre as eleições estaduais e a municipais, um rápido levantamento mostra que, nas disputas de 2000, 2004 e 2008, os partidos dos governadores eleitos respectivamente em 1998, 2002 e 2006 estiveram em primeiro lugar, no número de prefeituras eleitas, em 70% dos estados. Se acrescentarmos os casos em que o partido do governador ficou em segundo lugar, chegamos a 85% dos estados. No federalismo brasileiro, a conquista do governo estadual é decisiva para o desempenho nas eleições municipais (MELO, 2010, p.20).

Assim, percebe-se que os governadores têm uma influência decisiva no desempenho eleitoral dos partidos nos municípios em todos os estados do país.

Como veremos, os governadores e presidentes impactaram no desempenho eleitoral dos partidos nas eleições municipais, o que pode sugerir que a aquisição de recursos acessando o governo – seja ele federal ou estadual – faz com que os partidos governistas tenham um melhor desempenho eleitoral. Meneguello (1998) mostra que os partidos que ocupam ministérios conseguem se estruturar e alcançam um melhor desempenho eleitoral. Isto permite compreender o desempenho dos principais partidos do estado, DEM, PMDB e PSB, bem como compreender o quadro partidário.

Desta forma, no período analisado os governadores eleitos do Rio Grande do Norte foram:

Quadro 2- Eleições para governador (1982-2010)

ELEIÇÕES	GOVERNADORES	PARTIDO
1982	José Agripino Maia	PDS
1986	Geraldo Melo	PMDB
1990	José Agripino Maia	PDS
1994	Garibaldi Alves	PMDB
1998	Garibaldi Alves	PMDB
2002	Vilma de Faria	PSB
2006	Vilma de Faria	PSB
2010	Rosalba Ciarlini Rosado	DEM
2014	Robson Mesquita de Faria	PSD

Fonte: TSE (organização do autor)

Como podemos observar no quadro acima, três aspectos se destacam. Em primeiro lugar, o desempenho do PMDB que emerge nos anos 1980 e se consolida nos anos 1990 como uma força fundamental da política estadual. Além disso, é possível notar forças de centro-direita (ou direita) como o PDS – e, mais recentemente, o DEM – a despeito da diminuição de representatividade que esses partidos vêm experimentando em âmbito nacional. Por fim, percebe-se a ascensão do PSB que, acompanhando a tendência regional, parece apontar para o fortalecimento desta agremiação como principal força de centro-esquerda no estado, contrapondo a análise de Melo (2006) de predomínio do PT neste campo.

Ainda, deve-se levar em consideração que, no caso potiguar, o desempenho de tais partidos fundamenta-se na persistência do padrão oligárquico na política local⁸. Como

⁸ Além de Spinelli (2010), a discussão sobre o padrão oligárquico da política estadual pode ser encontrada em Lacerda e Oliveira (2006), Lindoso (1992), Alves (1976), Souza (1984), entre outros.

aponta Spinelli (2010), após o fim do regime militar, o sistema político partidário estadual consolida-se sob o manto oligárquico:

Nele, duas grandes forças político-partidárias se plasmam: o PMDB, do ex-governador Aluizio Alves – ministro da Administração do governo Sarney e da Integração Nacional no governo Itamar Franco – e de outros familiares, notadamente seu filho o deputado federal Henrique Alves, e seu sobrinho, Garibaldi Alves Filho; e o PFL (atual DEM), cuja principal liderança é José Agripino Maia. (SPINELLI, 2010, pg. 67).

Ainda segundo o autor, deve-se destacar a presença dos Rosado na política estadual, pois:

Ao lado desses dois clãs dominantes, acrescente-se o clã Rosado, com importante inserção na região oeste do estado, produtora de petróleo. Os Rosado elegeram o governador em 1950, Dix-Sept Rosado Maia (falecido em acidente aéreo após poucos meses de governo) e dominam um reduto eleitoral que lhes garante expressiva representação na Câmara Federal e na Assembléia Estadual. Embora se conservem divididos, seu apoio é disputado pelos clãs dominantes devido ao elevado capital de votos que controlam. (SPINELLI, 2010, pg. 67).

Dessa forma, o PMDB estrutura-se sob o manto da família Alves com a emergência de lideranças políticas importantes do estado, inclusive com a ocupação de cargos importantes no plano federal (ministérios e órgãos relevantes como o DNOCS), destacando-se, entre outros, Garibaldi Alves Filho e Henrique Alves. O DEM estrutura-se sob o manto do clã Maia que, assim como o PMDB, revelou lideranças fundamentais para a dinâmica política estadual, destacando-se Lavoisier Maia e, mais recente, José Agripino Maia. Finalmente, o PSB, apesar de seu formato organizativo no plano nacional, no cenário local estrutura-se de uma dissidência de clãs próximos aos acima apontados sob a liderança de Vilma de Faria (ex-Maia), emergindo como força local nos anos 90. Mesmo a recente eleição de Robson Faria parece indicar a persistência, embora por um partido surgido recentemente, de tal padrão oligárquico.

A combinação entre a força do executivo (local) e a presença das oligarquias (Alves, Maia e Rosado, fundamentalmente) parece ser confirmada pelo desempenho nas eleições para o Senado Federal, órgão de grande prestígio em todo o período republicano e para o qual se candidatam lideranças com uma trajetória política relativamente consolidada⁹, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 3- Senadores eleitos (1982-2010)

Eleição	Eleito	PARTIDO
1982	Carlos Alberto de Souza	PDS
1986	José Agripino Maia	PFL
	Lavoisier Maia	PDS
1990	Garibaldi Alves Filho	PMDB
1994	Geraldo de Melo	PSDB
	José Agripino Maia	PFL
1998	Fernando Bezerra	PMDB
2002	Garibaldi Filho	PMDB
	José Agripino Maia	PFL
2006	Rosalba Ciarlini Rosado	PFL
2010	Garibaldi Filho	PMDB
	José Agripino Maia	DEM
2014	Maria de Fátima Bezerra	PT

Fonte: TSE (organização do autor)

⁹ Consideramos que a eleição, em 2014, de Fátima Bezerra, do PT, embora possa indicar a superação de tal padrão não é suficiente para a confirmação disto e somente no próximo pleito (2018) quando duas cadeiras estarão em disputa poderemos verificar (ou não) a predominância do padrão oligárquico.

Partidos e eleições: fragmentação relativa e frágil institucionalização

O sistema partidário brasileiro, nos anos 1980, foi marcado pela desconstrução da lógica bipartidária e, como consequência, pelo advento de um multipartidarismo extremado. No entanto, tal desconstrução ocorreu de forma paulatina, atingindo seu apogeu apenas no final daquela década. A rigor, o impulso adquirido pela principal força de oposição consentida, o MDB, contribuiu para o predomínio do PMDB, com maior ou menor intensidade, nas disputas eleitorais do período e, também, certo fôlego, maior ou menor de acordo com o contexto regional, as agremiações derivadas da ARENA.

Percebe-se que, até as eleições de 1985, predomina a lógica bipartidária da competição eleitoral representada pelo PDS e PMDB que, posteriormente, vai sendo suplantada pela lógica multipartidária. Mesmo que, em 1985, o PDS (sucessor direto da ARENA) comece a perder cadeiras, somente a partir de 1988 é que tal quadro se torna evidente. A ascensão do PMDB é relevante, considerando-se o desempenho dos partidos em outros estados da federação (MELO, 2006 e BOHN & PAIVA, 2009). Vale ressaltar que tal ascensão combina-se com o que procuramos demonstrar, ou seja, a influência do governo estadual, combinada com o predomínio no plano federal, foram fundamentais para a consolidação do PMDB como partido predominante.

A década de 1990 se inicia com o aumento do número de partidos e o conseqüente aumento na fragmentação das representações no Congresso e municípios. A eleição de Collor, em 1989, e o seu impeachment, em 1992, mostram um início da década foi turbulento que afeta o sistema partidário ocasionado um pluralismo extremado (FLEISCHER, 2007).

No plano municipal, as eleições propiciaram o seguinte quadro partidário¹⁰:

Quadro 4- Eleições para Prefeitos (1996-2012)

PARTIDOS	1996	2000	2004	2008	2012
PMDB	48	55	35	37	50
PFL/DEM	41	35	32	17	24
PSDB	15	11	4	4	3
PPB/PP	24	37	7	19	8
PTB	1	1	15	7	2
PDT	1	4	5	7	2
PL/PR	24	12	11	17	18
PPS		4	7	3	2
PT		1	2	4	6
PSB	1	6	48	44	19
PV				1	2
PMN	5			6	8
PHS			1	1	0
PSD		1			21
PC do B					1
TOTAL	167	167	167	167	167

Fonte: TSE (organização do autor).

¹⁰ Apesar de solicitados já há algum tempo, os dados das eleições para prefeito e vereador dos pleitos de 1984, 1988 e 1992 ainda não estão contemplados. De qualquer forma, consideramos que tal ausência não invalida a análise geral deste trabalho.

Quadro 5- Eleições para Vereadores (1996-2012)

PARTIDOS	1996	2000	2004	2008	2012
PMDB	455	519	296	280	336
PFL/DEM	414	302	232	161	163
PSDB	141	101	64	59	56
PPB/PP	236	364	100	157	107
PTB	16	22	123	83	67
PDT	62	37	98	67	40
PL/PR	180	99	111	133	148
PPS	3	53	66	47	37
PT	10	13	39	51	62
PSB	26	108	315	309	202
PV			15	29	29
PC do B		5	8	20	22
PMN	31	9	7	51	55
PHS			10	18	22
PSD	1	6			187
PSC		3	11	16	22
PSDC	1	3	5	5	13
PTN		4	11	7	7
PRB				25	28
PRP			1	3	3
PSL			7	5	2
PT do B			2	1	5
PAN			4		0
PTC			2		1
PSOL					2
PSTU					1
PPL					1
TOTAL	1576	1648	1527	1527	1618

Fonte: TSE (organização do autor)

Os resultados acima parecem confirmar os indícios de uma estabilidade relativa do sistema partidário estadual. Como se pode observar, os partidos médios¹¹ (PP, PDT, PT, PTB, PMDB, DEM (PFL) e PSDB) conquistam a maioria das cadeiras, no executivo e legislativo municipal, com destaque para o PMDB, DEM e PP que, embora com certa variação, apresentam um bom desempenho nos pleitos analisados. Interessante perceber o desempenho de PSB, alicerçado na conquista do executivo estadual, confirmando a influência decisiva deste e do PL, presente na aliança governamental estadual e nacional que se beneficia dos recursos disponíveis dos postos do executivo. Além disto, vale destacar que na última eleição analisada (2012), o PSD e o PR possuem um desempenho significativo, inclusive ultrapassando o PP no espectro à direita do sistema partidário.

Neste sentido, a relativa fragmentação se acentua neste início de século, de certa forma, mais tardiamente que no plano federal, observando-se a emergência de pequenos partidos que, no entanto, não ameaçam a preponderância dos partidos médios. Novamente, o impacto do executivo (estadual ou federal) parece ter interferido decisivamente para o desempenho destes partidos. No entanto, vale ressaltar que a inclusão de PSB e PL indicaria que a maioria das cadeiras disputadas concentra-se nas agremiações mencionadas.

Deve-se também destacar que, no estado, o desempenho de alguns pequenos partidos como PV, PMN, PL, PRB e PHS (entre outros) diferenciam-se do que se apresenta no plano nacional, contribuindo para um aumento relativo da fragmentação (anos 2000) e que tal percepção não significa o

¹¹ Tal definição aproxima-se a noção de partidos efetivos, considerando o desempenho destes partidos ao longo do período e a oscilação existente entre as diversas eleições bem como a importância destes para a constituição e o desenvolvimento dos governos nas múltiplas esferas, acompanhando a análise, já mencionada, de Mello (2006).

esgotamento do poder oligárquico, pois, como aponta Spinelli (2010):

Ao lado das duas grandes forças partidárias nesse período, gravitam partidos menores, considerados periféricos ou satélites. Também não se diferenciam das agremiações mais poderosas, a não ser pelo fato de suas lideranças oscilarem constantemente entre uma e outra, ao sabor dos interesses na disputa eleitoral, na competição pela distribuição de cargos e de verbas para suas regiões de origem, onde se situam as chamadas bases eleitorais. (SPINELLI, 2010, pg. 67-68).

No que se refere à reconfiguração no espectro ideológico, constata-se que o DEM, apesar do crescimento de PMN e PP e mais recentemente de PSD e PR, se destaca como a grande força deste campo (direita), amparada pela combinação do poder executivo e das oligarquias, diferenciando-se do plano. Da mesma forma, no centro, podemos constatar o predomínio do PMDB, a principal força política em todo período, e que o avanço do PSDB ocorreu durante o mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – enfraquecendo-se, de forma significativa, desde então. Finalmente, outra novidade do sistema partidário regional revela-se no campo da esquerda, em que fica evidente o predomínio do PSB, amparado em dois mandatos do executivo e de sua principal liderança transitar nas oligarquias tradicionais do estado, o aumento ainda que incipiente do PV e o desempenho medíocre do PT, apesar da ascensão no plano federal¹².

Interessante observar que a dinâmica local parece reproduzir uma polarização traduzida no embate entre PMDB-DEM (PSB, em menor medida), desde o final do regime militar, refletindo os embates oligárquicos do estado e diferenciando-se, de forma significativa, do plano federal que se consolida entre PT-PSDB, pelo menos até o presente momento.

¹² Uma análise específica sobre estes deslocamentos e das razões do desempenho de cada partido mencionado será abordado requer maiores investigações e será abordado em trabalho posterior.

Considerando as eleições estaduais, além das já mencionadas (governador e senador), emerge o seguinte quadro:

Quadro 6- Eleições para Deputados Federais (1982-2014)

PARTIDOS	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
PMDB	3	4	3	2	4	3	1	1	1
PFL/DEM		3	3	5	3	2	1	2	1
PSDB			1	1					1
PDS/PPB/PP	5	1			1	1	1		1
PTB						1			
PL/PR							1	1	1
PT						1	1	1	
PSB							2	2	
PRN			1						
PV								1	
PMN							1		1
PSD									1
PROS									1
TOTAL	8	8	8	8	8	8	8	8	8

Fonte: TSE (organização do autor)

Quadro 7- Eleições para Deputados Estaduais (1982-2014)

PARTIDOS	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
PMDB	9	10	10	8	8	4	4	6	5
PFL/DEM		9	5	10	5	4	3	2	2
PSDB				1	1		1	1	
PDS/PPB/PP	15	5	3		4	8			
PTB					1	1		1	
PDT			1	1	1	1	2	1	1

PL/PR			4	2	2	1		2	1
PPS						1	1		
PT			1	2	1	2	1	1	1
PSB				2	1	2	4	4	2
PV							2	1	
PHS							1	1	1
PMN							5	4	1
PPR				1					
PC do B									1
PT do B									1
PROS									4
PSD									3
SD									1
TOTAL	24	24	24	24	24	24	24	24	24

Fonte: TSE (organização do autor)

Novamente, tais resultados indicam efetivamente a consolidação do processo de desconstrução da matriz bipartidária, herdada do regime militar, com a emergência, nas duas últimas décadas, de um sistema multipartidário, mais ou menos fragmentado. Nesse sentido, confirma-se também a tese da relativa estabilidade do sistema partidário estadual, com o predomínio dos partidos médios, com a diferença fundamental de que seja necessária a substituição das agremiações consideradas pela literatura nacional, devido ao frágil desempenho e a inclusão de novas agremiações, como o PSB, que predomina no campo da esquerda; e o PL e o PMN que se destacam à direita.

Ainda, tais dados parecem indicar que a polarização PMDB-DEM, apesar de fornecer o suporte para o desenvolvimento do sistema partidário potiguar, vem sendo enfraquecida pelo desempenho dos demais partidos, o que,

obviamente, não significa necessariamente a perda de controle por parte das oligarquias que controlam estas agremiações. Quanto a PSDB e PT, os dados revelam um desempenho frágil que requer maiores estudos, mas que pode estar associado ao fato de que, no estado, o primeiro se subordinou ao poder oligárquico e aceitou um papel secundário em nome da manutenção do apoio no plano federal, limitando seu crescimento; quanto ao PT, a fragilidade – mesmo com a ascensão no plano federal – parece estar associada à ausência de sólidas (e múltiplas) lideranças, à dificuldade organizativa do partido e de suas bases tradicionais que são frágeis no estado e, também, à marginalização em nome da aliança nacional que dependia de uma liderança consolidada.

De qualquer forma, se o aumento da fragmentação observada neste início de século pode ampliar a competição eleitoral, permitir a emergência de novos padrões de administração do estado e de organização política, limitando (ou diminuindo) o peso das oligarquias por um lado, de outro pode indicar as dificuldades de institucionalização dos partidos e do sistema partidário regional, que alimenta os padrões que pareciam ameaçados. Nesse sentido, é interessante observar o desempenho global dos partidos mencionados:

Quadro 8 – Resultados eleitorais conjuntos de PP, PDT, PT, PTB, PMDB, DEM (PFL) e PSDB entre 1990 e 2010 (percentual de cadeiras) no Estado.

Ano/Cargo	Senado Federal	Câmara dos Deputados	Assembleia Legislativa	Prefeitura Municipal	Câmara dos Vereadores
1990	100	87,5	83,4		
1992					
1994	100	100	91,7		

1996				78,5	80,9
1998	100	100	87,5		
2000				86,3	82,4
2002	100	100	83,4		
2004				59,9	57,8
2006	100	50	45,9		
2008				56,9	52,1
2010	100	50	50		
2012				56,8	51,3
2014	100	50	37,5		

Elaboração do autor

No quadro, pode-se constatar o que apontamos anteriormente. Se a matriz bipartidária foi superada e um cenário multipartidário instaurado, evidente no desempenho global recente dos partidos mencionados, indicando-se uma relativa estabilidade. No entanto, tal estabilidade, apesar de orbitar em torno de PMDB e DEM, diferencia-se do cenário nacional, com a necessidade de inclusão de novos partidos, destacadamente PSB, que se insere no contexto regional. Se no Senado e nos governos estaduais a dupla é avassaladora em outras instancias seu poder parece estar sendo minado e assistimos uma fragmentação, ainda que tardia, que pode se configurar numa relativa estabilidade e demonstrar a frágil institucionalização de tal sistema.

No entanto, vale observar que, nos últimos dois pleitos, têm aumentado a fragmentação do sistema partidário estadual, com a diminuição do desempenho dos partidos mencionados e a

ascensão de novos partidos (PSD, PROS e PMN, dentre outros), o que pode ser aprofundado com uma nova conjuntura política¹³.

Tal cenário também parece trazer novos elementos para a relação entre partidos e oligarquias; e somente os próximos resultados poderão indicar a superação (ou não) do padrão oligárquico que até aqui determinou a configuração dos partidos e do sistema partidário no estado.

Considerações Finais

Neste trabalho, procuramos analisar o desempenho dos partidos e a dinâmica do sistema partidário no Rio Grande do Norte, com o objetivo de compreender sua especificidade e a interação com a dinâmica nacional, fundamentada na noção de relativa estabilidade e institucionalização.

Como demonstramos, a análise dos partidos políticos buscou demonstrar a presença e continuidade do padrão oligárquico que organizou a política do estado desde o século XIX e alcançou novo patamar desde o regime militar, orientado pelo domínio das estruturas partidárias (PMDB, DEM e PSB) e pela ocupação dos principais postos eletivos por três grupos oligárquicos que se destacam: Alves, Maia e Rosado.

Essas oligarquias afetam o sistema partidário, produzindo efeitos instigantes para novos estudos e confirmam as noções centrais deste trabalho pois, por um lado, contribuem para a relativa estabilidade do sistema partidário estadual e, por outro, demonstram a frágil institucionalização do mesmo, ao reafirmar o padrão oligárquico.

Assim, pode ser analisado o desempenho dos três partidos que se destacam: o PMDB, que estrutura-se a partir dos Alves; o DEM, que se estabelece a partir dos Maia e Rosado; e

¹³ Neste sentido, embora ainda em andamento (2016), se confirmado o processo de afastamento da presidente Dilma e o esfacelamento da coligação que a sustentava o quadro de reconfiguração e fragmentação do sistema partidário potiguar pode se aprofundar.

finalmente, o PSB, a partir das dissidências destes dois últimos grupos. Vale ressaltar que isso instaura uma dinâmica e polarização diferente do quadro nacional e de outros estados da federação; no caso de DEM e PMDB, embora sendo fundamentais para a governabilidade no plano estadual e federal, em poucos estados se reproduz a polarização aqui demonstrada; em relação ao PSB, seu desempenho parece estar associado a um padrão regional, que reproduz o padrão oligárquico.

Quanto à desconstrução da matriz bipartidária e o desenvolvimento do multipartidarismo, constata-se que a tendência geral se assemelha a dinâmica nacional; no entanto, é relevante o desempenho do PDS, antes do predomínio do PMDB, conforme apontava Neves (2001). Ainda, demonstramos que o sistema bipartidário chega ao fim ainda na década de 1980, sendo substituído pelo multipartidarismo que, no estado, se fundamentou em três partidos – PMDB, DEM/PFL e PSB – que conquistaram a maioria absoluta das cadeiras nos diferentes pleitos analisados. Desde então, o multipartidarismo se desenvolveu com base numa relativa estabilidade, em que os partidos médios, já apontados por Melo (2006), DEM, PT, PMDB, PSDB, PDT, PP e PTB, elegeram todos os governadores, a maioria absoluta de senadores e deputados (estaduais e federais) que, nos últimos anos, necessita da incorporação de PSB, PL e PMN para que o quadro local demonstre sua especificidade.

Constatamos também que o desempenho dos partidos no estado está diretamente relacionado à influência do executivo (estadual ou federal) nos pleitos eleitorais do país. Nesse sentido, é relevante o desempenho de PMDB, DEM e PSB variando conforme a manutenção (ou não) destes postos fundamentais. Confirma-se a tendência apontada pela bibliografia de que os detentores do poder executivo possuem recursos consideráveis que devidamente aplicados influenciam o

desempenho de seus partidos e, certamente, dos aliados. Necessário seria aprofundar as razões do frágil desempenho de PT e PSDB que destoam de outros estados da federação.

No sistema partidário estadual, destaca-se o predomínio do PMDB, considerando seu desempenho em todo o período. O partido manteve um papel relevante, como em poucos estados da federação, sustentado na influência do executivo estadual – em que venceu a maioria dos pleitos – e no padrão oligárquico. Em todo o período, tal predomínio se fundamentou na polarização com o DEM, embora nos últimos anos o PSB tenha se consolidado como força que pode forjar uma nova polarização ou, mesmo, constituir como uma terceira via no plano estadual.

Apesar de indicar algumas tendências importantes para a compreensão do sistema partidário estadual, como a relativa estabilidade, um multipartidarismo moderado com a predominância dos partidos médios, a preponderância do PMDB, DEM e PSB, uma polarização diversa da nacional, entre outros aspectos, considera-se necessário o desenvolvimento de novas pesquisas sobre os partidos e o sistema partidário no Rio Grande do Norte e sua interação com sistema partidário nacional. Principalmente porque, considerando a conjuntura atual, a reconfiguração e a fragmentação partidárias poderão ser intensificadas.

Bibliografia

- ALVES, Aluizio. A primeira campanha popular no Rio Grande do Norte. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1976.
- BITTAR, M. Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.
- BOHN, R.S. & PAIVA, D. A volatilidade eleitoral nos estados. Sistema Partidário e democracia no Brasil. Revista Sociologia Política, v. 17, n. 33, 2009.
- CERRONI, Umberto. Teoria do partido político. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- CERVI, E. U. & CODATTO, A, N. Institucionalização partidária: Uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná In: CODATO, A.N.; SANTOS, F.J. dos (orgs.). Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), 2006, p. 267-291.
- CINTRA, Antônio Octávio. O sistema de governo no Brasil. In: AVELAR, L & CINTRA, A, O. (orgs). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- DUVERGER, M. (1980). Os partidos políticos. 2 ed. Brasília: UnB.
- FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, L & CINTRA, A, O. (orgs). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- FLEISCHER, D. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). Revista Opinião Pública, Campinas, Vol.VIII, nº1, 2002.
- LACERDA e OLIVEIRA, Alan e Bruno de. Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN. In: Revista Cronos, Natal, vol. 5/6, pg. 273-287, 2006.
- LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R. Partidos políticos e consolidação democrática. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (org.). O Sistema Partidário Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. Partidos, Eleições e Poder Legislativo. In: MICELI, Sergio. O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995): Ciência Política. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999.
- LINDOSO, José A. S. Da oligarquia Maranhão á política do Seridó: o Rio Grande do Norte na República Velha. Natal: CCHLA, 1992.
- MAIR, Peter. "Party Organizations: from civil society to the state" in: MAIR, P. and Katz, R.S. (Edd) How Parties Organize- change and adaption in party organizations in westerns democracies. London, SAGE Publications, 1994.
- MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MELO, C.R. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. In: SOARES, G, A & RENNÓ, L. (orgs.). Reforma política: lições da história recente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- MENEGUELLO, R; POWER, T; MAINWARING, S, P. Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MENEGUELLO, R. Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- NEVES, M.M.R.N. Elites políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso). Rio de Janeiro: Ed. Vértice/IUPERJ, 1988.

NICOLAU, J. M. Multipartidarismo e Democracia: Um estudo sobre o Sobre o sistema Partidário Brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro, FGV Editora, 1996.

NICOLAU, J. M. Partidos e Sistemas Partidários: 1985-2009. In: MARTINS e LESSA, C. B. e R. Horizontes das ciências sociais no Brasil: Ciência Política. São Paulo: ANPOCS, 2010.

PANEBIANCO, A. Modelos de Partidos. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SARTORI, G. Partidos e sistemas partidários. Brasília: Ed. UNB, 1982.

SOUZA, Itamar de. O rompimento de Ferreira Chaves com os Maranhões. In: Vivência, Natal, vol. 2, n. 1, pg. 48-66, 1984.

SPINELLI, J. A. Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estudos. Natal: EDUFRN, 2010.

TAVARES, J.A.G. (Org.). O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2001.

Palavras-chave:

Partidos Políticos;
Sistema Partidário;
Oligarquias; Relativa
Estabilidade.

Resumo: O presente estudo busca compreender o desempenho eleitoral dos partidos políticos no Rio Grande do Norte (RN), desde a transição do regime militar (1982) até 2014. Neste sentido, percebe-se que o sistema partidário do estado foi estruturado, nos seus primeiros anos em torno de dois partidos, PDS e PMDB, seguindo o padrão nacional. No final da década de 80 e início da seguinte, o sistema eleitoral tornou-se extremamente fragmentado, tendo a predominância de partidos de centro (PMDB, PSDB), centro-direita (PTB) e direita (DEM/PFL). Com a ascensão da centro-esquerda (PDT, PT, PSB), no final dos anos 90, o sistema partidário potiguar parece adquirir uma relativa estabilidade. Tal análise discute, ainda, a influência decisiva do executivo estadual e das oligarquias (Maia, Alves e Rosado, entre outras) e, em menor escala, do federal para a estruturação do sistema partidário do estado.

Keywords:

Political Parties;
Party System;
oligarchies; Relative
stability

ABSTRACT: This study aimed to understand the electoral performance of political parties in Rio Grande do Norte (RN), since the transition from military rule (1982) until 2014. In this regard, it is clear that the party state system was structured in his early years around two parties, PDS and PMDB, following the national standard. In the late 80's and early next, the electoral system has become highly fragmented, with the predominance of center parties (PMDB, PSDB), center-right (PTB) and right (DEM / PFL). With the rise of the center-left (PDT, PT, PSB), in the late 90s, the party potiguar system seems to acquire a relative stability. This analysis discusses also the decisive influence of the state executive and oligarchies (Maia, Alves and Rosado, among others) and, to a lesser extent, from the federal to the structuring of the party state system.